

O RESIDENTE COMO SUJEITO POLÍTICO NA GOVERNANÇA DA FORMAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

Governança em Saúde; Participação popular; Controle Social; Internato e Residência

Introdução

As residências em saúde constituem estratégias centrais da política pública de formação no Sistema Único de Saúde (SUS), para o SUS e seu fortalecimento, operando na intersecção entre ensino, serviço e comunidade. A governança e a regulação dessas diretrizes em âmbito federal ocorrem na Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS). Historicamente, a garantia de espaços formais de representação dos residentes nessas instâncias é uma conquista democrática fundamental para assegurar o controle social e o debate sobre as condições de trabalho e formação. Nesse contexto, o protagonismo político dos residentes transcende a prática assistencial, alcançando a dimensão da formação política. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de residentes em saúde como membros conselheiros na CNRMS.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência de natureza descritiva sobre a atuação de residentes em saúde na condição de conselheiros representante do segmento dos residentes na CNRMS. A vivência compreende a participação ativa em sessões plenárias formativas e deliberativas e comissões de trabalho em âmbito nacional. O método de análise baseou-se na articulação reflexiva entre os registros de campo das reuniões institucionais e as bases normativas que rege as residências no país. Investigaram-se os processos de tomada de decisão e as estratégias de articulação junto ao Fórum Nacional de Residentes em saúde para subsidiar o posicionamento político nas pautas avaliadas.

Resultados / Discussão

A inserção no espaço colegiado da CNRMS permitiu tensionar pautas prioritárias para o segmento, tais como a garantia de direitos sociais, o debate sobre os incentivos financeiros e a qualidade pedagógica da formação em serviço nos diferentes cenários nacionais. A vivência revelou que a tomada de decisão em uma instância de governança federal é permeada por disputas institucionais e corporativas complexas, exigindo dos residentes o desenvolvimento de competências políticas, capacidade de escuta, argumentação, de leitura de cenários internos e externos e domínio técnico das legislações vigentes. Verificou-se que a legitimidade do assento na comissão nacional depende diretamente do processo permanente de escuta, articulação e engajamento com residentes de todo o país, canalizando as demandas reais para subsidiar discussões e propostas. Assim, a atuação institucional dos residentes funcionam como um dispositivo de resistência ao neoliberalismo, a defesa da qualidade pedagógica e ética da formação multiprofissional, bem como, do fortalecimento do SUS.

Considerações Finais

A experiência demonstrou que a residência em saúde é essencialmente um espaço político de disputa pelo modelo de atenção e formação para o SUS. A participação ativa na CNRMS evidenciou a relevância de consolidar a representação dos residentes nos espaços de tomada de decisão. Conclui-se que o fortalecimento dessa atuação institucional contribui para a democratização da gestão pública da saúde, reafirmando o papel do residente como sujeito histórico e articulador político indispensável na defesa dos direitos da categoria e na consolidação de uma formação pública e de qualidade.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Interministerial MS/MEC nº 8.995, de 28 de novembro de 2025. Institui a Política Nacional de Residências em Saúde - PNRS no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 228, p. 179, dezembro 2025./ BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 374, de 5 de maio de 2026. Designa os representantes para composição do Plenário da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS. Diário Oficial da União: seção 2, Brasília, DF, ed. 83, p. 17, maio 2026.